

**XXXI CONGRESSO NACIONAL DO  
CONPEDI BRASÍLIA - DF**

**DIREITO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

**RENATA ALMEIDA DA COSTA**

**HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO**

**BENJAMIN XAVIER DE PAULA**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

**Diretor Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

**Representante Discente:** Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

**Comunicação:**

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

**Eventos:**

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

**DIREITO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI**

Coordenadores: Renata Almeida Da Costa, Heron José de Santana Gordilho, Benjamin Xavier de Paula – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-044-1

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Saúde: UM OLHAR A PARTIR DA INOVAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Relações étnico-raciais. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



# XXXI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA - DF

## DIREITO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

---

### **Apresentação**

Esta é a segunda edição do mais novo GT do CONPEDI - O GT Direito e Relações Étnico-raciais - que, apesar de jovem, reuniu na cidade de Brasília/DF pesquisadores/as em diferentes níveis da carreira científica, oriundos de todas as regiões do país, para a promoção do diálogo em torno das temáticas relativas às populações negra, indígena, cigana e outros grupos étnico-raciais, destacando-os neste fórum científico que congrega os/as pesquisadores da área do Direito.

A diversidade que marcou esta segunda edição do GT foi evidenciada em seus aspectos étnicos, raciais, geracionais, de gênero e de orientação sexual, contemplando, assim, pesquisadores de diferentes campos de atuação do Direito, numa perspectiva interdisciplinar, transversal, multifacetada e pluriepistêmica.

Esta publicação reúne os artigos científicos apresentados no GT Direito e Relações Étnico-raciais que teve lugar na 31ª Edição do Congresso Nacional do Conselho de Pesquisa em Direito (CONPEDI), os quais representam a potência científica oriunda do esforço e do trabalho dos/as pesquisadores/as que aceitaram o desafio de construção deste campo de produção do conhecimento jurídico. Neste documento, disponibilizamos a toda comunidade científica brasileira e internacional o produto dos debates realizados em 28 de novembro de 2024, em Brasília/DF.

O primeiro trabalho desta coletânea de artigos, trata-se da pesquisa de Lara Cristina Cardoso De Sousa e Verena Holanda de Mendonça Alves. Nominado "VOCÊS SÃO MACUMBEIRAS, FRACASSADAS, FEITICEIRAS!": INTOLERÂNCIA E RACISMO RELIGIOSO EM BELÉM/PA", o texto trata das lutas dos movimentos populares para a proteção da diversidade religiosa e dos Povos Tradicionais de Matrizes Africanas (POTMAS) à luz da Constituição Federal de 1988 e dos tratados internacionais de direitos humanos, de forma particular, como os POTMAS foram e são tratados pelo sistema jurídico. Destaca, também, o uso e as terminologias "racismo religioso" e "intolerância religiosa" no tratamento de alguns casos concretos.

O segundo trabalho desta coletânea de artigos trata-se da pesquisa de João Vitor Martin Correa Siqueira, Aline Tabuchi da Silva e Jefferson Aparecido Dias: "A FUNDADA SUSPEITA E A BUSCA PESSOAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DECISÕES DE

CUNHO RACIAL NO STJ” discorre como o mecanismo da busca pessoal surge como um método discriminatório no sistema de averiguações penais no Brasil.

O terceiro trabalho desta coletânea de artigos, trata-se da pesquisa de Renata Almeida da Costa, João Marcelo de Souza Melo Rodrigues e Lúcio Antônio Machado Almeida. Intitulado “A POLÍTICA CRIMINAL NO BRASIL E OS HOMICÍDIOS MÚLTIPLOS: ANÁLISE DOS MASSACRES E DAS CHACINAS EXECUTADAS DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA”, o estudo analisa as chacinas e os massacres ocorridos no Brasil nos anos 90, especificamente o Massacre do Carandiru (1992); a Chacina da Candelária (1993); a Chacina de Vigário Geral (1993) e o Massacre de Eldorado do Carajás (1996), evidenciando os contextos em que foram executados tais homicídios.

O quarto trabalho desta coletânea de artigos trata-se da pesquisa de Oilda Rejane Silva Ferreira e Ilzver de Matos Oliveira. Com o título: “DE DURBAN A SALVADOR: ANÁLISE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NAS PÓS-GRADUAÇÕES STRICTO SENSU EM DIREITO NUMA PERSPECTIVA DIASPÓRICA DE REPARAÇÃO”, o texto analisa as ações afirmativas nas pós-graduações "stricto sensu" em Direito, numa perspectiva diaspórica de reparação, à luz da importância e dos desdobramentos da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as formas Correlatas de Intolerâncias (Conferência de Durban), realizada na África do Sul, em 2001, e a 6ª Conferência da Diáspora Africana nas Américas, realizada em 2024, no Brasil, na cidade de Salvador.

O quinto trabalho desta coletânea de artigos, trata-se da pesquisa de Jeferson Vinicius Rodrigues é o “DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: A MANUTENÇÃO DO RACISMO ATRAVÉS DA INTERNET E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA”, o qual analisa o discurso de ódio disseminado nas redes sociais e nos canais de comunicação, demonstrando como a população negra é impactada por esse discurso.

O sexto trabalho desta coletânea de artigos trata-se da pesquisa de Jimmy Martins Shimizu e de Déborah Costa de Souza. Nominado “IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO LOGOSPIRATA NA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL DA AMAZÔNIA: MASSACRE E RESISTÊNCIA INDÍGENA”, o texto analisa os impactos provocados pela colonização logospirata na diversidade sociocultural da Amazônia pré-colonial.

O sétimo trabalho desta coletânea de artigos, trata-se da pesquisa de Diana Sales Pivetta, Roselma Coelho Santana e Ruan Patrick Teixeira da Costa. Com o título: “LETRAMENTO

DIGITAL E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE AO ETNOCÍDIO NA AMAZÔNIA”, o estudo aborda a importância do letramento digital e das inovações tecnológicas como instrumento de combate ao etnocídio dos povos originários na Amazônia.

O oitavo trabalho desta coletânea de artigos, trata-se da pesquisa de Guilherme Perez Cabral e Daniela Oliveira da Fonseca. “POLÍTICAS AFIRMATIVAS E OS LIMITES DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DE COMBATE AO RACISMO NO BRASIL” consiste em um estudo sobre a adoção de políticas afirmativas em perspectiva histórica a situação do negro no Brasil e legislação internacional e nacional para o enfrentamento do racismo.

O nono trabalho desta coletânea de artigos, trata-se da pesquisa de Gabriely Miranda Mendonça Santos. Denominado: “RACISMO AMBIENTAL E OS DESAFIOS NO ACESSO DE PESSOAS NEGRAS À PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO: REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE RACIAL” , a pesquisa examina a intersecção entre o racismo ambiental e os obstáculos enfrentados por indivíduos negros ao ingressarem na pós-graduação stricto sensu em Direito no Brasil.

O décimo trabalho desta coletânea de artigos, trata-se da pesquisa de Nathalia das Neves Teixeira, Sabrina Corrêa da Silva e Victoria Pedrazzi denominado “DE ESGOTO A CÉU ABERTO E PAREDE MADEIRITE: UMA CONEXÃO ENTRE PERIFERIAS, FAVELAS, RACISMO AMBIENTAL E APOROFOBIA” a partir da letra de Rap “Negro Drama” do grupo brasileiro Racionais Mc’s, o texto correlaciona os espaços periféricos, o racismo ambiental e o fenômeno social da aporofobia, destacando o termo cunhado pela filósofa Adela Cortina.

Os textos publicados nesta coletânea fruto das apresentações de trabalho no GT “Direito das Relações Etnico-raciais” que teve lugar da Programação do 31º CONPEDI realizado na cidade de Brasília/DF revelam a potência e a emergência de uma área científica ainda incipiente, contudo, muito promissora no que diz respeito às pesquisas científicas realizadas na área de Direito no Brasil.

Profº Drº Benjamin Xavier de Paula; Profº DrºHeron José de Santana Gordilho - UFBA /MPBA; Profª Drª Renata Almeida da Costa - Unilasalle (coordenadores desta publicação).

## **IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO LOGOSPIRATA NA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL DA AMAZÔNIA: MASSACRE E RESISTÊNCIA INDÍGENA.**

### **IMPACTS OF LOGOSPIRATE COLONIZATION ON THE SOCIOCULTURAL DIVERSITY OF THE AMAZON: MASSACRE AND INDIGENOUS RESISTANCE.**

**Jimmy Martins Shimizu <sup>1</sup>**  
**Déborah Costa de Souza <sup>2</sup>**

#### **Resumo**

O presente artigo tem como propósito analisar os impactos provocados pela colonização logospirata na diversidade sociocultural da Amazônia pré-colonial. O objetivo geral da pesquisa é investigar de que forma colonização logospirata influenciou na formação sociocultural da região, a fim de contrapor a visão tradicional de uma região inóspita e desabitada, e na qual os povos indígenas foram passivos ao processo logospirata. Para tanto, será investigada a diversidade sociocultural existente na Amazônia pré-colonial, através de evidências arqueológicas e historiográficas; a operacionalidade da colonização logospirata que resultou na catástrofe demográfica sem precedentes, por meio de massacres e exploração e doenças, e como os povos indígenas da Amazônia resistiram ativamente à opressão, por meio de mecanismos de resistência cruciais para entender a história da região. A metodologia utilizada na pesquisa será a documental com abordagem qualitativa. Os resultados apontam que a chegada dos europeus e o subsequente processo de colonização logospirata resultaram em profundas mudanças na Amazônia, afetando gravemente sua sociodiversidade, impondo severos danos ao meio ambiente e às sociedades nativas. No entanto, os indígenas não aceitaram passivamente essa opressão, ao contrário, enfrentaram ativamente a escravidão, o trabalho forçado e a violência dos colonizadores, influenciando novas formas de resistência na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Colonização logospirata, Diversidade sociocultural, Povos indígenas, Massacre, Resistência

#### **Abstract/Resumen/Résumé**

The purpose of this article is to analyze the impacts caused by logospirate colonization on the sociocultural diversity of the pre-colonial Amazon. The general objective of the research is to investigate how Logospirate colonization influenced the sociocultural formation of the region, in order to counter the traditional view of an inhospitable and uninhabited region, and in which indigenous peoples were passive to the Logospirate process. To this end, the

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDir-UFAM)

<sup>2</sup> Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDir-UFAM)

sociocultural diversity existing in the pre-colonial Amazon will be investigated, through archaeological and historiographical evidence; the operationality of logospirate colonization that resulted in the unprecedented demographic catastrophe, through massacres and exploitation and disease, and how the indigenous peoples of the Amazon actively resisted oppression, through mechanisms of resistance crucial to understanding the history of the region. The methodology used in the research will be documentary with a qualitative approach. The results indicate that the arrival of Europeans and the subsequent logospirate colonization process resulted in profound changes in the Amazon, seriously affecting its sociodiversity, imposing severe damage on the environment and native societies. However, indigenous people did not passively accept this oppression, on the contrary, they actively faced slavery, forced labor and the violence of colonizers, influencing new forms of resistance in contemporary society.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Logospirate colonization, Sociocultural diversity, Indigenous peoples, Massacre, Resistance

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende examinar os impactos da colonização logospirata na complexa e diversa socioculturalidade da Amazônia pré-colonial. Ao explorar as dinâmicas sociais e culturais que existiam antes da chegada dos europeus, a pesquisa visa revelar como a interferência logospirata transformou essas sociedades, desafiando a visão tradicional de uma Amazônia supostamente inexplorada e cujos povos indígenas foram passivos frente à colonização.

A Amazônia pré-colonial é frequentemente retratada por uma perspectiva simplista e equivocada, que a descreve como uma vasta região inóspita e praticamente desabitada, onde os povos indígenas teriam sido meros espectadores passivos diante da colonização.

Nessa perspectiva, a investigação se volta para o exame das complexas sociedades que habitavam a região, utilizando evidências arqueológicas e historiográficas que revelam uma Amazônia vibrante e densamente povoada, onde os povos indígenas não apenas existiam, mas mantinham estruturas sociais e culturais sofisticadas.

A pesquisa pretende analisar de que forma a colonização logospirata, caracterizada por massacres violentos, exploração intensa dos recursos e a introdução de doenças mortais, contribuiu para uma catástrofe demográfica sem precedentes na Amazônia, dizimando a população indígena e destruindo suas culturas, buscando entender o impacto profundo dessa colonização na sociedade e na demografia da região.

Busca-se também demonstrar que os indígenas da Amazônia nunca se submeteram passivamente à opressão. Pelo contrário, resistiram de diversas formas, desde revoltas e emboscadas até alianças estratégicas e atos de sabotagem, demonstrando um protagonismo resistente que desafia as narrativas que os retratam como vítimas passivas da colonização.

A pesquisa utiliza uma metodologia documental com abordagem qualitativa, permitindo uma análise detalhada e crítica dos eventos históricos e suas consequências, visando compreender a complexidade dos impactos da colonização e interpretar as nuances das experiências vividas, proporcionando uma visão mais profunda dos efeitos socioculturais e demográficos na Amazônia pré-colonial.

## 1. DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL DA AMAZÔNIA PRÉ-COLONIAL

A imagem de uma Amazônia virgem e intocada está sendo desconstruída. Contrariando a crença de que o ambiente era inóspito, evidências indicam que a região abrigou grandes populações, inclusive em áreas hoje cobertas por florestas densas.

Martins (2007), em instigante trabalho acadêmico, no qual analisa as narrativas acerca da conquista europeia da América, que tratam das “relaciones”<sup>1</sup> de Carvajal, Rojas e Acuña, escritas entre 1542-1641, afirma que:

Entre os séculos XVI e XVIII, um importante conjunto de relatos sobre a Amazônia foi produzido por diversos sujeitos, fossem eles aventureiros, funcionários das Coroas ibéricas ou missionários. Neles podemos encontrar dados que destoam da noção, por muito tempo corrente, de que a floresta tropical fosse pouco adequada para a sobrevivência humana e carente de recursos que viabilizassem a concentração e o desenvolvimento populacional. À medida em que estudos arqueológicos atuais fazem avançar uma nova compreensão sobre o passado da região, parece ser possível referendarem-se informações provenientes destes textos, especialmente quanto ao tamanho e complexidade das aldeias que se espalhavam pela várzea do Rio Amazonas (Martins, 2007, p. 33)

Pesquisas recentes corroboram essa diversidade sociocultural pré-colonial. Segundo Eduardo Góes Neves, professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, essas sociedades antigas eram diversificadas e organizadas. Hoje considerada periferia do Brasil, a Amazônia no passado era mais densamente habitada do que as regiões Sul e o Sudeste antes da colonização europeia. Entre os mitos desfeitos sobre a região amazônica, foi derrubada a tese de que lá tinha, apenas, tribos distribuídas a esmo pela floresta. Arqueólogos acreditam que havia cerca de 5,5 milhões de pessoas antes do descobrimento. Há pelo menos 14 mil anos, a floresta é ocupada por populações que produziam ferramentas de trabalho e cerâmicas, possuíam também uma agricultura diversificada, além do idioma. Enquanto quase todas as línguas modernas vieram de uma mesma família – a indo-europeia -, as línguas faladas nas aldeias antigas da região amazônica vieram de diferentes famílias linguísticas. Segundo Neves, essa pluralidade também é diversidade cultural, e é tão importante quanto a diversidade biológica (Maciel, 2012).

Estudos arqueológicos, antropológicos e demográficos permitem-nos afirmar que a Amazônia, no séc. XVI, era densamente povoada, sendo a várzea ainda mais populosa do

---

<sup>1</sup> Quando os jesuítas Alonso de Rojas e Christóbal de Acuña redigiram seus textos, em 1639 e 1641 respectivamente, havia transcorrido um século desde a viagem de Francisco de Orellana sobre a calha do rio e desde a narração desta aventura através das páginas escritas pelo dominicano Gaspar de Carvajal. As obras de Carvajal, Rojas e Acuña fazem parte de um grupo de textos conhecidos como *Relaciones* (Martins, 2007, p. 40-41).

que a terra firme. Corroborando essa teoria, Pontes Filho (2021), cita dados demográficos apresentados pelo etno-historiador William Denevan:

O etno-historiador William Denevan, em 1976, sustentou que, na área da Grande Amazônia (área maior que a da bacia amazônica), viviam cerca de 6,8 milhões de habitantes e só na área da bacia amazônica viviam, aproximadamente, 5 milhões antes da chegada do invasor europeu. Levando em conta os dois grandes ambientes naturais amazônicos, terra firme e várzea, Denevan postulou que, considerando a densidade demográfica de 14,6 hab/km<sup>2</sup> para os ecossistemas de várzea e de 0,2 hab/km<sup>2</sup> para os de terra firme, apenas na Amazônia brasileira havia cerca de 2 milhões de pessoas. (Pontes Filho, 2021, p. 48-49).

O citado autor ainda ressalta que:

A tendência mais recente sobre a demografia amazônica, conforme a maioria dos estudiosos, aponta para um número maior e, em alguns casos, com estimativas que dobram esse número citado anteriormente. Todavia, nesse campo, não há nada definitivo, principalmente considerando a grande margem de erro e a continuidade dos trabalhos e investigações arqueológicas. Portanto, mesmo os números, no caso dessas projeções demográficas da Amazônia pré-colonial, têm apenas um valor estimado e temporário (Pontes Filho, 2021, p. 50).

Ressalta, ainda, Pontes Filho (2021, p. 24) que uma variedade de povos ocupava a Amazônia às vésperas da chegada dos europeus ao continente americano (o novo mundo). Eram grupos bastante distintos entre si e expressivamente numerosos, conforme os relatos de cronistas das primeiras viagens pelo rio Amazonas, os quais chamam atenção para a grande extensão das aldeias ribeirinhas.

Quando os jesuítas Alonso de Rojas e Christóbal de Acuña redigiram seus textos, em 1639 e 1641 respectivamente, havia transcorrido um século desde a viagem de Francisco de Orellana sobre a calha do rio Amazonas e desde a narração desta aventura através das páginas escritas pelo dominicano Gaspar de Carvajal.

Martins (2007), ao analisar as obras de Carvajal, Rojas e Acuña, que fazem parte de um grupo de textos conhecidos como *Relaciones*, destaca que o Novo Descobrimento dialoga várias vezes com as obras anteriores de Carvajal e de Rojas. Quanto à Relação do dominicano, ele reitera, por exemplo, as afirmações que, um século antes, testemunhavam a densidade populacional da várzea e o tamanho dos povoados que se distribuía ao longo dela. Realmente, o registro da navegação de Orellana e seus homens pelo rio descrevia longas extensões ocupadas por aldeias às vezes muito próximas umas das outras, algumas delas grandes, aparentemente sedentárias e autossuficientes, protegidas por conjuntos de guerreiros e lideradas por senhores poderosos. Apesar da redução da população indígena ao longo do primeiro século de colonização, provavelmente ainda não tão drástica como em outras regiões do Novo Mundo, em 1641 era a vez do jesuíta testemunhar a presença de uma considerável densidade demográfica na várzea amazônica (Martins, 2007, p. 51-52).

Nesse sentido, extrai-se o seguinte relato de Acuña:

Todo este novo mundo (...) está habitado por bárbaros de variadas províncias e nações, das quais posso dar boa-fê enumerando-as por seus nomes e indicando sua localização, algumas de vista e outra por informações de índios que nelas estiveram, passam de cento e cinquenta, (...) tão extensas e tão ocupadas por moradores como a que vimos por todo o trajeto, (...) Tão seguidas estão umas das outras que, dos últimos povoados de uma, em muitos casos se pode ouvir lavrar a madeira na outra ... (Acuña, 1994, p. 106)

A partir dessas narrativas, é possível constatar não só a considerável densidade demográfica, mas também a existência de uma diversidade sociocultural, assim identificadas por Pontes Filho (2021):

Dentre as sociedades nativas dessa fase, consideradas cacicados complexos, pode-se destacar as dos seguintes povos de várzea: Aparia ou Carari, Omágua, Manchifaro, Aisuari, Yurimágua ou Solimões, Paguana e Carabuyana, Tupinambá, Tapajós, etc. Os principais grupos linguísticos dos povos nativos à época do contato com os europeus eram o Tucano, o Pano, o Gê, o Aruaque, o Caribe e o Tupi, sendo este último o tronco linguístico de maior domínio na região correspondente a atual Amazônia brasileira. (Pontes Filho, 2021, p. 25)

Esses relatos e descobertas arqueológicas revelam que a Amazônia tem uma história rica e complexa, desafiando a visão tradicional de uma floresta intocada. Elas mostram que a região abrigou sociedades avançadas e diversificadas, que interagiam de maneira sustentável com o meio ambiente.

Desse modo, deve-se considerar também os trabalhos recentes em ecologia histórica (Balée 1989, 1994, 1995; Smith 1980), que indicam que as sociedades indígenas da Amazônia não são vítimas passivas de supostas limitações ambientais, mas que, ao contrário, exerceram uma influência criativa e modificadora sobre o meio ambiente. Conseqüentemente, pode-se supor que o que é visto atualmente como floresta “primitiva” na Amazônia seja de fato paisagens culturais resultantes do manejo humano milenar (Neves, 1999-2000, p. 104).

Nas últimas décadas, evidências arqueológicas, botânicas, ecológicas, antropológicas, genéticas e históricas têm demonstrado que os indígenas da Amazônia foram e são como outros povos primitivos mundo afora que construíram (e continuam a construir) seus espaços de vida dentro de ecossistemas locais, modificando-os para que eles atendam aos seus interesses de sobrevivência. Nesse sentido, cita Clemente (*et al.*, 2015):

Como em outros lugares, as sociedades humanas modificaram dramaticamente a composição de espécies em muitos ecossistemas, começando em algumas áreas no início do Holoceno e dando origem a sistemas complexos e sofisticados de gestão de terras associados a grandes populações estabelecidas pela conquista europeia. Especificamente, grandes sociedades pré-colombianas domesticaram grandes porções de suas paisagens para torná-las mais produtivas e agradáveis, como esperado na teoria da construção de nicho cultural. As modificações de

espécies e ecossistemas são devidas à domesticação, tanto de populações de plantas e animais quanto de paisagens. O crescimento populacional causou modificações de longo prazo nos solos, criando terras escuras amazônicas (ADEs) e transformou florestas naturalmente biodiversas em paisagens florestais antropogênicas.

Ainda, segundo Clemente (*et al.* 2015), essa “domesticação” do ambiente produziu alterações em escala continental na paisagem amazônica e permitiu que a população indígena que habitava a região antes da chegada dos europeus atingisse, segundo algumas estimativas, pelo menos oito milhões de pessoas:

As populações e a produção de alimentos se expandiram rapidamente dentro dos sistemas de gestão de terras em meados do Holoceno, e sociedades complexas se expandiram em áreas ricas em recursos, criando paisagens domesticadas com impactos profundos na ecologia local e regional. As projeções de produção de alimentos da ADE apoiam estimativas de pelo menos oito milhões de pessoas em 1492. Nessa época, sistemas regionais altamente diversos haviam se desenvolvido por toda a Amazônia, onde recursos de subsistência foram criados com a domesticação de plantas e paisagens, incluindo terraplenagens (Clemente *et al.*, 2015).

A grandeza populacional da Amazônia pré-colonial, com sua diversidade sociocultural integrada de maneira sustentável com o ambiente da floresta, comparada aos tempos atuais revela, nas palavras de Pontes Filho (2021, p. 19), que a chegada dos europeus ao continente americano por meio do processo de colonização logospirata, em especial na Amazônia, produziu inúmeros impactos nocivos à sociodiversidade da região, os quais inclusive moldaram a formação sociocultural da Amazônia desde a fase de conquista, ocupação e exploração colonial.

O processo de ocupação e exploração colonial acarretou diversas implicações na Amazônia e que estão na raiz da formação sociocultural da região, inclusive dos atuais estados e coletividades que a compõem.

## **2. COLONIZAÇÃO LOGOSPIRATA E O MASSACRE INDÍGENA NA AMAZÔNIA**

Embora ainda não se tenha conseguido determinar números precisos ou estimativas seguras sobre a população original da Amazônia, não há dúvida de que houve uma grande catástrofe demográfica entre os povos indígenas da região.

Nas palavras de Pontes Filho (2021):

A enorme diversidade de povos nativos, ribeirinhos e de terra firme, que por volta de 1500 eram bastante numerosos na região amazônica, foi desaparecendo vertiginosamente a partir do contato com o colonizador europeu e suas práticas mercantilistas logospiratas (exploração exaustiva da mão de obra indígena, escravidão, saque de recursos da biodiversidade e apropriação de conhecimentos tradicionais sem qualquer compensação, deculturação, imposição cultural

homogeneizadora, destribalização), além dos nefastos efeitos causados pelas doenças trazidas do velho mundo pelos ibéricos (Pontes Filho, 2021, p. 51).

O conceito de logospirataria se baseia em uma visão colonialista que tenta justificar o colonialismo e a dominação sobre os povos colonizados, violando normas jurídicas estabelecidas para proteger as comunidades nativas, a fim de promover não só a expropriação de conhecimentos e recursos, mas também a destruição cultural e a erradicação das sociedades colonizadas, conforme explica Pontes Filho (2016).

O logospirata é movido pela tendência à ambição nociva e homogeneizadora, que tenta travar a dinâmica da escolha na diversidade oportunizada pelo *Logos*. O logospirata não convive bem com o livre-arbítrio, a divergência e a legitimidade do conflito, tenta a todo instante apagar o fogo da pluralidade, do múltiplo, dos opostos, para impor o pensamento único. É tendência muito distinta da pluralidade, do múltiplo, dos opostos, para impor o pensamento único. É tendência muito distinta do movimento do Logos autêntico, que é libertário, na medida em que fomenta processos e expressões de desenvolvimento humano (Pontes Filho, 2016, p.45).

Em um sentido mais amplo, a logospirataria é vista como um processo desintegrador de culturas, desestruturador de povos, saqueador da natureza e de saberes, aniquilador de populações, constituindo-se num impactante delito contra a biodiversidade e a diversidade sociocultural, todavia, ainda não previsto nem tipificado no Brasil (Pontes Filho, 2016).

Pontes Filho explica que a colonização portuguesa na Amazônia baseou-se num modelo logospirata de violenta e ilimitada exploração, a serviço do mercantilismo e do capitalismo europeu:

O processo de colonização de terras invadidas e conquistadas por nações europeias serviu de instrumento à expansão do mercantilismo, protagonizado pelo absolutismo ibérico, que passou a controlar a vida nas colônias. O rei e os mercadores tornaram-se parceiros eventuais para enriquecerem com a exploração dos recursos naturais e humanos das colônias. Portanto, nisso consistiu o processo de colonização: a exploração e a sujeição das colônias à avidez dos interesses mercantis, às tradições e obrigações impostas pela metrópole europeia. Esse é o contexto de chegada dos europeus à América – o mercantilismo (Pontes Filho, 2021, p. 63).

O processo de ocupação e exploração colonial acarretou diversas implicações na Amazônia e que estão na raiz da formação sociocultural da região, inclusive dos atuais estados e coletividades que a compõe.

Durante a marcante empreitada colonial logospirata, os colonizadores alcançaram objetivos estratégicos que foram essenciais para o domínio português da região que hoje conhecemos como Amazônia Legal, destacando-se o avanço cada vez mais para o interior da região, ocupando-a com emprego de violência e escravidão imposta aos povos nativos.

Com esse intuito, o início do projeto de colonização da Amazônia por Portugal dá-se sob a vigência da Carta de Lei de 10 de setembro de 1611, na qual estava determinado o cumprimento do modo de organizar o trabalho indígena na região, denominado “capitães de aldeia”.

Por meio do sistema de "capitães de aldeia", os indígenas eram recrutados de várias maneiras para servirem como mão de obra para os colonos, entre os quais eram distribuídos, com o objetivo de atender às demandas do projeto colonizador mercantilista da Coroa portuguesa.

Dessa forma, Pontes Filho (2021) afirma que os índios eram explorados pela Coroa portuguesa e pelos representantes diretos dela (capitães de aldeia), contribuindo para a sua progressiva destruição:

Esses capitães de aldeia, além de pagarem os índios pelos seus trabalhos, ampliaram consideravelmente as horas em que os nativos ocupavam-se com os afazeres determinados pelo colonizador, explorando-os em proveito próprio no cultivo de açúcar, de algodão, de tabaco, na coleta de “drogas do sertão” (cravo, pimenta-do-reino, urucu, anil, cacau selvagem, salsaparrilha e outros), no corte de madeira, no transporte de produtos, na construção de casas, , de engenho, dentre outras atividades.

Dessa forma, a Lei de 1611 colaborou muito mais para impulsionar a escravização dos índios do que os protegeu dela face aos colonos. O alastramento do trabalho forçado e dos maus-tratos resultantes da escravização numa região na qual as várias culturas estavam milenarmente habituadas ao trabalho comunitário que levava, em média, três horas diárias, produziram efeitos desastrosos, conduzindo à progressiva destruição de inúmeros povos indígenas (Pontes Filho, 2021, p. 93).

Ainda segundo Pontes Filho (2021), contribuiu para impulsionar a escravização indígena, a descoberta de drogas do sertão e outras especiarias tropicais na Amazônia despertou em Portugal a expectativa de que elas poderiam substituir as especiarias das Índias e contribuir para a recuperação econômica do país.

Em consequência disso, Portugal organizou inúmeras expedições, ora sertanistas ora militares, utilizando o trabalho escravo indígena, para introduzir-se em meio à selva e dela extrair produtos que interessavam ao mercado europeu. A euforia gerada, inicialmente, com as “drogas do sertão” foi o ponto de partida para que Portugal iniciasse seu projeto econômico colonialista e o saque dos recursos ambientais (naturais e humanos) da Amazônia.

Os índios escravizados serviam como remadores, localizadores e coletores das “drogas do sertão”, uma vez que conheciam a região muito mais, sabendo lidar com suas várias adversidades, do que os saqueadores coloniais. Assim, eram organizadas, em média anual, cerca de 300 canoas para, em expedições, irem aos “sertões” em busca de suas “drogas”. Tais operações requeriam mais de 6500 índios remeiros para guiar e controlar essas idas aos sertões (Pontes Filho, 2021, p. 94).

Pelo excerto acima, entende que a mão de obra indígena foi se tornando cada vez mais escassa, resultado da exploração brutal imposta pelos colonizadores, que viam os índios

como uma "espécie" de droga do sertão. Além disso, os impactos devastadores das doenças, vícios e outros males trazidos pelos invasores europeus agravaram ainda mais essa situação.

Destaca-se também como estratégia de domínio do colonizador logospirata a imposição de padrões culturais europeus aos nativos, considerados selvagens a serem civilizados.

Nesse intuito, o Diretório dos Índios, publicado em 1758, foi uma lei caracterizada por uma série de diretrizes a serem seguidas nas colônias portuguesas:

Proibia o uso da língua materna de cada nação indígena e da Língua Geral (Nheengatú), obrigando o uso da língua portuguesa. Sob tal legislação, os indígenas deveriam adotar sobrenomes portugueses; construir suas moradias no estulo dos brancos (com divisões internas). As habitações coletivas foram proibidas; indígenas entre 13 e 60 anos eram obrigados a trabalhar e pagar o dízimo. Conforme aponta o parágrafo 95 do Diretório dos índios, os objetivos dessa legislação eram: a dilatação da fé; extinção do gentilismo; propagação do Evangelho; civilidade dos índios; o bem comum dos vassallos; aumento da agricultura; a introdução do comércio e o estabelecimento, a opulência e total felicidade do Estado<sup>2</sup>.

Tudo isso visava, na essência, ocidentalizar o nativo da região, isto é, torná-lo civilizado e cristão, possuidor de “bons hábitos” e de outras “qualidades” típicas do homem europeu-português da época, que se considerava superior ao índio, tanto no que se refere ao seu modo de vida espiritual quanto material (Pontes Filho, 2021, p. 160).

Nesse sentido, a colonização logospirata encontra respaldo numa relação binária, de oposição, em que uma civilização se sobrepõe a outra. A partir de um olhar colonial, a humanidade estaria dividida em espécies e subespécies (Mbembé, 2017, p. 119), devendo ocorrer uma hierarquização para diferenciar e separar os homens, diante de suas particularidades, por intermédio de instrumentos legais que permitam o distanciamento entre seres estranhos.

Nesse intuito, “[...] desde a conquista das Américas, os projetos de cristianização, colonização, civilização, modernização e o desenvolvimento configuraram as relações entre Europa e suas colônias em termos de uma oposição nítida” (Coronil, 2005, p. 58). Evocando um processo indiferenciado de desenvolvimento, os agentes sociais e políticos se tornam seres indefinidos e subordinados às fontes de poder hegemônicas.

A perspectiva binária disseminada pelo eurocentrismo, impôs um fluxo de expansão colonial no intuito de dominação sobre o globo terrestre. “[...] para lá do enclausuramento europeu, reina o estado de natureza – um estado sem fé, nem lei” (Mbembé, 2017, p. 107).

---

<sup>2</sup> FERNANDES, Fernando R. Diretório dos Índios. Infoescola (<https://www.infoescola.com/historia/diretorio-dos-indios/>)

Observa-se aqui uma percepção biológica, em que se difundiu a narrativa de que a diferença entre europeu e não-europeu derivava de uma diferença natural, e não de poder, ou seja, a partir de suas características fenotípicas, o colonizado/subalternizado tinha a sua cultura, suas crenças, saberes, religião deixadas de lado, ocultadas, subalternizadas, discriminadas, marginalizadas.

De acordo com Michael Taussig (1993), a reprodução da imagem dos povos indígenas como selvagens, irracionais e violentos é o que possibilita a propagação do terror colonial.

O processo de descobrimento<sup>3</sup> do continente americano e do indivíduo que ali se encontrava, instaurou uma assertiva de conhecimento do Outro não para entendê-lo, mas sim, para dominá-lo. “A relação básica entre os centros e as periferias foi o saque e a exploração, tanto da mão de obra, indígena e posteriormente africana, como também de recursos naturais” (Colaço, 2012, p. 127).

A partir desses mecanismos logospiratas de conquista foi possível lusitanizar parcialmente a região, impondo nomes, relações, idioma, processos de exploração e enriquecimento com produtos extraídos da floresta amazônica.

Pontes Filho (2021, p. 198-199) elenca, dentre as principais sequelas ou consequências desse processo de colonização logospirata na Amazônia, protagonizado pela Coroa portuguesa, a significativa desocupação nativa em decorrência da violência, da escravização, de doenças e epidemias de moléstias transmitidas aos indígenas; o extermínio físico de povos nativos; a deculturação de grupos indígenas; e o vigoroso processo de desfiguração da face indígena da Amazônia.

O maior dos sintomas desse grande despovoamento é a condição de risco de extinção a que está submetida, nos dias atuais, a maioria das poucas culturas indígenas que restaram. De acordo com as informações oficiais da FUNAI, no Brasil, há cerca de 358 mil índios, distribuídos em 225 diferentes sociedades e que falam 180 distintas línguas. Mais da metade dessa população nativa encontra-se na Amazônia Legal. No Estado do Amazonas, concentra-se a maior população de índios, segundo a FUNAI, cerca de 84 mil, aproximadamente 23,5% do total da população indígena do Brasil.

Indígenas de mais idade relatam como viram suas próprias comunidades e outras nações indígenas amigas, ou mesmo adversárias, desaparecerem ainda no último século.

---

<sup>3</sup> “Na verdade, os espanhóis e portugueses não descobriram nada. Tudo já existia e tinha nome e dono. A América já está povoada milenarmente, ainda que parcamente em algumas regiões” (Zimmermann, 1986, p. 88).

Outros, completamente destribalizados e dizimados culturalmente, não tiveram escolha senão integrar-se à cultura dos “brancos”, vivendo em condições de extrema precariedade. Apesar dos esforços dos índios, de antropólogos e organizações, muitas culturas já entraram num processo irreversível de extinção (Pontes Filho, 2021, p. 51).

Na Amazônia do século XVII houve uma época em que, para cada indígena capturado para a escravidão, centenas de outros eram assassinados, sobretudo por causa da resistência contra a opressiva colonização imposta pelos conquistadores portugueses.

Dessa maneira, a colonização portuguesa na Amazônia, fundada num modelo logospirata de violenta e ilimitada exploração, a serviço do mercantilismo e do capitalismo europeu, caracterizou-se na história da formação econômica, política e sociocultural da região pelos nocivos impactos à sociodiversidade existente no meio ambiente amazônico, levando muitos povos e comunidades nativas ao extermínio físico e cultural.

### **3. PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA INDÍGENA**

Os indígenas não se mantiveram inertes nem indiferentes frente à opressão imposta a seus povos e comunidades. Eles não aceitaram passivamente ser submetidos à escravidão, ao trabalho forçado, ao saque de seus recursos, valores e saberes, nem à violência dos colonizadores.

Nesse sentido, Baniwa (2023) afirma:

Mesmo diante de brutal violência bélico-militar imposta pelos colonizadores aos povos indígenas, estes sempre resistiram de diferentes formas, organizando confederações de resistência, emboscadas aos colonos, revoltas, ataques a vilas e fazendas, suicídios, messianismos, recusa ao trabalho, sabotagens, deserções, fugas de aldeamentos e cativeiros, atitude de nunca confiar em branco e alianças ou colaborações estratégicas com espanhóis, holandeses e franceses para se protegerem, principalmente em momentos de desespero causado pelas epidemias e guerras. Na maioria das vezes os indígenas apenas se defendiam de ataques dos colonos e tentavam negociar exaustivamente as condições da paz e da vassalagem.

É preciso desmistificar as falsas narrativas que retratam os indígenas como passivos ou submissos. Pelo contrário, os indígenas, ao longo da história, resistiram ativamente à opressão colonial, e ao invés de aceitar a escravização e a dominação, muitos grupos indígenas se armaram e se rebelaram contra os colonizadores, conforme registra Pontes Filho (2021):

Acostumados a não gastar mais que 3 horas do dia no trabalho para assegurar sua subsistência, o qual era realizado por todos os homens da tribo, em comunidade, os índios colocaram-se contrários às longas horas forçadas de trabalho escravo imposto pelo invasor português, o qual taxou os índios de preguiçosos, lerdos,

selvagens e outros preconceitos que, ainda hoje, muita gente desinformada por aí, vive repetindo.

Ao contrário dessas falsas ideias e concepções, repassadas pelo colonizador e herdadas por muitos sobre os indígenas, estes procuravam apenas defender o seu modo de vida, sua terra, os recursos que necessitavam para sobreviver e sua liberdade, inclusive de perambulação, de consciência e de crença.

Por isso, a maioria dos povos indígenas foi-se revoltando contra os colonizadores portugueses. Tupinambás, nheengaibas, tapajós, omáguas e tantos outros pegaram suas armas e foram se rebelando contra aqueles que pretendiam escravizá-los, lutando, inúmeras vezes, até a completa aniquilação do povo (Pontes Filho, 2021, p. 52-53).

Os indígenas enfrentaram diversas batalhas e conflitos contra os colonizadores, demonstrando grande coragem e habilidades militares. Muitos grupos indígenas resistiram por séculos, adaptando-se e lutando contra as tentativas de dominação.

No século XVII a revolta indígena mais conhecida foi a de Ajuricaba. Na disputa pelas drogas do sertão no século XVII, os portugueses avançaram sobre a região do Vale do rio Negro, na Amazônia, onde a população indígena tinha grande densidade. Além de empregarem os índios na coleta dos produtos, interessava aos portugueses expandir as fronteiras territoriais do império e comercializar escravos indígenas.

Um tuxaua Manao, chamado Huiubene, que mantinha relações comerciais com os portugueses, foi assassinado após um conflito relacionado ao comércio. Em 1723, seu filho, Ajuricaba, jurou vingar a morte do pai. Ele afastou as aldeias indígenas dos assentamentos portugueses e liderou ataques por meio de emboscadas. Em resposta, a Coroa Portuguesa enviou dois Regimentos de Tropa de Guerra e Resgates com o objetivo de combater e exterminar os índios Manao. Durante dois anos, as aldeias indígenas do Rio Negro foram bombardeadas, resultando na morte de mais de 40 mil indígenas e na aniquilação do povo Manao. Ajuricaba, preso junto com centenas de outros índios Manao, rebelou-se durante a viagem à prisão em Belém e, na tentativa de escapar, atirou-se no Rio Negro, onde morreu afogado (Oliveira e Freire, 2006, p. 56).

Kok<sup>4</sup>, ao fazer menção à obra “Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros”, de Hemming, explica como se dava a atuação do Sistema do Diretório, que visava integrar os índios à sociedade portuguesa, mobilizando-os por meio do trabalho.

---

<sup>4</sup> KOK, Glória. O protagonismo indígena na fronteira amazônica. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 67, p. 259-275, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000300035>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Consistiu num processo de Logospirataria que, para atingir seu objetivo, tornou muitas medidas obrigatórias, como a língua portuguesa, viver em casas separadas, o uso de roupas sem ornamento decorativo e o incentivo de casamentos entre brancos e índios.

O diretório vingou nas 66 aldeias indígenas do Maranhão e do Amazonas durante quarenta anos, período em que “o número de índios administrados no Pará e na Amazônia caiu em mais de um terço, de trinta mil em 1757 para nove mil em 1798.

Segundo Kok (2009):

Muitos grupos indígenas, entretanto, não aceitaram pacificamente o avanço da colonização portuguesa em seus territórios. Nos rios Amazonas, Solimões e Negro, os muras desestabilizaram quaisquer tentativas de estabelecimentos portugueses na região até o final do século XVIII. Hábeis guerreiros surpreendiam os navegadores com ataques e emboscadas fulminantes. Outra tribo aguerrida era a dos mundurucus. Para combatê-los, o governador João Pereira Caldas declarou guerra em 1778. Alguns anos depois, tanto os muras como os mundurucus se renderam e foram viver em aldeias, só que cada grupo teve um destino bem diferente. Nas lutas de resistência indígena, destacaram-se, ainda, os botocudos, que viviam nos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, e os caingangues (coroados), que habitavam São Paulo e o atual estado do Paraná. Ambos foram duramente combatidos por meio de um decreto régio de 1808 que proclamou “guerra ofensiva” e legitimou a escravização dos prisioneiros de guerra.

O diretório foi abolido em 1798, deixando um legado de aldeias decadentes, em razão das revoltas contra o regime de trabalho, das epidemias e das fugas dos índios.

Durante o Império, as rivalidades entre colonos e numerosas tribos guerreiras acirraram-se nas fronteiras no século XIX.

Nesse cenário, as tensões na Amazônia resultaram na revolta da Cabanagem, ocorrida em 1835. Os "cabanos", migrantes que residiam em cabanas nos pântanos de Belém ou nas florestas do Amazonas, uniram-se a tapuios (índios destribalizados), indígenas, brancos pobres e mestiços do Pará para enfrentar os brancos. Eles destruíram fazendas, assassinaram colonos e proclamaram o Rio Negro como uma província independente do Pará. Apesar da repressão, os insurgentes conseguiram escapar do controle do governo imperial.

Kok (2009) afirma, baseada em Hemming<sup>5</sup>, que a Cabanagem espalhou-se pela rede de rios amazônicos, criando bolsões de resistência, como o território dos muras. Com a ajuda dos mundurucus, as revoltas foram esmagadas e os cabanos se renderam. Segundo o cacique Joaquim José Pereira, dos mundurucus do Rio Abacaxis, “seus parentes prestaram

---

<sup>5</sup> Alinhado aos trabalhos de Rondon, Darcy Ribeiro e Orlando Villas-Boas, ainda inédito no Brasil, o historiador e ex-diretor da *Royal Geographical Society* de Londres, John Hemming, escreveu *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros (Amazon Frontier, 1987)*.

valiosíssimos serviços contra a revolução”. A revolta da Cabanagem fez trinta mil mortos, além de propiciar a formação de numerosos mocambos na região.

Ainda fazendo menção à literatura de Hemming<sup>6</sup>, Kok (2009) trata do impacto do surto da borracha para os povos nativos. Conhecida pelos omáguas do solimões desde o período pré-colonial, a borracha da Amazônia passou a atender à demanda mundial a partir da década de 1850, inicialmente extraída nos rios Xingu e Tapajós e, depois, nos rios Madeira, Purus e Juruá. Os barões empregavam tapuios e índios como seringueiros em regime de escravidão por dívida. No contexto do surto da borracha, a situação dos grupos indígenas variou enormemente. Algumas tribos aliadas do governo imperial enriqueceram com o comércio da borracha, enquanto outras lutaram contra a presença dos seringueiros, padecendo com as expedições punitivas e a escravização.

Baseada nas evidências acima, a resistência indígena teve um impacto profundo na história da colonização. A luta dos povos indígenas contribuiu para a formação de movimentos sociais, políticos e culturais que buscavam a proteção dos direitos indígenas e a preservação de suas terras e tradições.

Na atualidade, segundo Baniwa (2023):

ocorrem outras formas diversificadas de resistência e alteridade sociocultural, tais como: autonomia e protagonismo das aldeias, povos e organizações indígenas, fortalecimento do movimento indígena articulado ativo e criativo, mobilizações, marchas, acampamentos<sup>7</sup>, ocupações de espaços, organização e participação política, autonomias etnoterritoriais, produção artística e acadêmica, projetos próprios de educação, saúde e autossustentação, apropriação e uso de mídias e outros meios de comunicação, interação com a opinião pública nacional e internacional, acionamento constante do Ministério Público e do Poder Judiciário e participação ativa da vida nacional.

Com a Independência do Brasil em 1822, as elites começaram a construir as fundações de um Estado Nacional, caracterizado pelo nacionalismo e pela afirmação da soberania política do país. O indígena, como nativo original da terra, passou a ser visto como um legítimo representante simbólico da nacionalidade, pelo menos no contexto da literatura romântica. Escolhido como símbolo da identidade nacional e expressão do patriotismo, o indígena foi retratado na Literatura, nas Artes Plásticas, e nos discursos políticos e intelectuais (Silva e Da Silva, 2013, p. 13).

Os indígenas foram celebrados e exaltados, tendo até suas línguas estudadas pelo Imperador D. Pedro II. O próprio manto do Imperador era uma peça de artesanato indígena,

---

<sup>6</sup> Terceira parte da obra *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros* (Amazon Frontier, 1987), intitulada “Amazônia: surto da borracha”.

<sup>7</sup> Entre 04 e 14 de abril de 2022 foi realizado em Brasília o 18º Acampamento Terra Livre (ATL) que reuniu mais de 8000 indígenas de mais de 200 povos

feito com penas de papos de tucanos (Amoroso, 1995, p. 251). A marginalização e a violência sofridas pelos indígenas foram ignoradas e deixadas de lado, enquanto se enaltecia a bravura, a resistência e a morte heroica dos povos indígenas.

Nas últimas décadas do século XX, surgiram novas formas de luta dos povos indígenas para garantir sua sobrevivência física, resistência cultural, linguística e epistêmica, além de assegurar seus direitos coletivos sobre suas terras ancestrais. Nesse contexto, emergiu o movimento indígena organizado, caracterizado por sua natureza reivindicatória, de denúncia, pan-étnica e de autorrepresentação, com a compreensão de que, para terem seus direitos reconhecidos e protegidos, era necessário que os próprios indígenas liderassem suas batalhas. Eles passaram a criar mecanismos de representação, estabelecer alianças e parcerias, e levar suas demandas à opinião pública e ao governo. Foi através dessas pressões que o Estado começou a agir, demarcando terras indígenas, melhorando os serviços de saúde e educação, e atendendo outras necessidades das comunidades indígenas. Essa nova forma de ação política indígena se desenvolveu à margem da política indigenista oficial, que era tutelar e integracionista, abrindo espaço para novas formas de cidadania indígena (Oliveira e Freire 2006).

A resistência indígena ao longo da história foi marcada por uma luta contínua e multifacetada contra a opressão e a exploração colonial. Os povos indígenas se recusaram a aceitar passivamente a dominação, utilizando diversas estratégias para preservar sua cultura, seus territórios e seus direitos. Essa resistência evoluiu para um movimento organizado, que reivindica maior reconhecimento e proteção por parte do Estado. Esse movimento não só desafia as políticas coloniais e indigenistas tradicionais, mas também abre novas possibilidades para a cidadania indígena no Brasil, fortalecendo suas vozes e demandas na sociedade contemporânea.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa revela, por meio de estudos arqueológicos, históricos e ecológicos que a Amazônia pré-colonial era uma região densamente povoada, com sociedades organizadas e culturalmente diversificadas, desafiando a visão tradicional de uma floresta intocada e inóspita, e que os povos indígenas interagiam de forma criativa e sustentável com o meio ambiente, moldando a paisagem e desenvolvendo sistemas avançados de manejo de recursos.

A colonização europeia, ao introduzir um processo de exploração implacável, provocou uma devastação significativa na sociodiversidade da região, cujos impactos se

refletem na formação sociocultural da Amazônia contemporânea. A análise dessa história é crucial para reavaliar a narrativa dominante e reconhecer a complexidade e resiliência das culturas indígenas que habitavam a Amazônia antes da chegada dos colonizadores.

É inegável que houve uma catástrofe demográfica e cultural que afetou os povos indígenas da Amazônia como consequência da colonização portuguesa. O conceito de "logospirataria", apresentado por Pontes Filho, descreve a lógica colonial que não só saqueou os recursos naturais e humanos da região, mas também impôs uma hegemonia cultural, visando homogeneizar e subordinar os povos nativos. Esse modelo colonial foi fundamentado em práticas de exploração mercantilista, escravidão e imposição de valores e costumes europeus, contribuindo para a desfiguração da diversidade cultural e a aniquilação de muitas sociedades indígenas. O impacto desse processo continua a ser sentido até os dias atuais, com muitas culturas indígenas em risco de extinção, resultando em um legado de desocupação, violência, escravização e deculturação que marca a história da Amazônia.

Apesar disso, resta demonstrado que a resistência indígena no Brasil não foi passiva nem isolada, mas uma luta contínua e diversificada contra a opressão colonial. Ao longo dos séculos, os povos indígenas enfrentaram a violência e a exploração com coragem e engenhosidade, utilizando uma variedade de estratégias, desde emboscadas e revoltas armadas até alianças estratégicas. Exemplos históricos como a revolta de Ajuricaba e a participação na Cabanagem ilustram a determinação indígena em defender suas terras, culturas e modos de vida contra a dominação colonial.

Verifica-se que essa resistência evoluiu com o tempo, adaptando-se às novas formas de opressão e exploração, como as impostas pelo sistema do Diretório e pelo surto da borracha. Na era moderna, a luta indígena se transformou em um movimento organizado e reivindicatório, que busca garantir direitos coletivos, demarcar terras e assegurar a sobrevivência cultural, linguística e epistêmica dos povos indígenas. Esse movimento tem desempenhado um papel crucial na defesa e promoção da cidadania indígena, desafiando as políticas coloniais e integracionistas e abrindo novas possibilidades para o reconhecimento e a proteção dos direitos indígenas no Brasil contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ACUÑA, Christóbal de. *Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Pelo padre Christóbal de Acuña, Religioso da Companhia de Jesus e Qualificador da Suprema Inquisição Geral, ao qual se foi, e se fez por ordem de sua Majestade, no ano de 1639, pela Província de Quito, nos Reinos do

Peru. In: ESTEVES, Antônio R. (org.). *Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Montevideu: Consejería de Educación de Embajada de España en Brasil; Oltaver, 1994.

AMOROSO, Saez. Filhos do norte: o indigenismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: S. Aracy; L. D. Donizete (orgs.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC; MARI. UNESCO, 1995.

BALÉE, W. *Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany – The Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*. Columbia University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. 1995 Historical Ecology of Amazonia. In: Sponsel, L. (ed.), *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*, pp. 97-110. University of Arizona Press, Tucson. Balée, W. e Moore D. 1994 Language, Culture, and Environment: Tupi-Guaraní Plant Names Over Time, In: Roosevelt, A. (ed.), *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*, pp. 363-80. University of Arizona Press, Tucson.

BANIWA, Gersem. História indígena no Brasil independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. *Revista de Teoria da História*, Universidade de Brasília, Distrito Federal, v. 26, n. 1, 2023.

CARVAJAL, Gaspar de. Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que Descubrio por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echo a su ventura por el dicho rio, y por el nombre del capitan que le descubrio se llamo el Rio de Orellana (1540). In: CARVAJAL, ALMESTO & ROJAS, A de. *La aventura del Amazonas*. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: *História* 16, 1986 (Crônicas de América 19).

CLEMENTE, Charles R.; DENEVAN, William M.; HECKENBERGER, Michael J.; JUNQUEIRA, André Braga; NEVES, Eduardo G.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; MADEIRAS, William I. A domesticação da Amazônia antes da conquista europeia. Publicado na revista científica *Proceedings of the Royal Society, Biological Sciences*, vol. 282, nº 1812, agosto de 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>

COLAÇO, Thais Luzia. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2012.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, Fernando R. Diretório dos Índios. Infoescola (<https://www.infoescola.com/historia/diretorio-dos-indios/>)

KOK, Glória. O protagonismo indígena na fronteira amazônica. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 67, p. 259-275, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000300035>. Acesso em: 15 ago. 2024.

LIMA, José Edmilson de Souza; KOSOP, Roberto José Covaia. Giro Decolonial e o Direito: Para Além de Amarras Coloniais. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [SciELO - Brasil - Giro Decolonial e o Direito: Para Além de Amarras Coloniais Giro Decolonial e o Direito: Para Além de Amarras Coloniais](https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/34117). Acesso em: 11/08/2024. DOI: 10.1590/2179-8966/2018/34117.

MACIEL, Marina. Arqueólogo revela valor da sociodiversidade na Amazônia. Exame, 14 jun. 2012. Disponível em: <https://exame.com/mundo/arqueologo-revela-valor-da-sociodiversidade-na-amazonia/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Descobrir e redescobrir o grande rio das Amazonas: As relações de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641). *Revista de História*, São Paulo, n. 156, p. 31-57, 1º semestre de 2007.

MBEMBÉ, Achille. *Crítica da Razão Negra*. 2017. São Paulo: Antígona, 2017.

NEVES, Eduardo Góes. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 44, p. 86-111, dez./fev. 1999-2000.

OLIVEIRA, J. P. de Oliveira; FREIRE, C. A. R.. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: SECAD/MEC; LACED/Museu Nacional, 2006.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Formação Sociocultural da Amazônia Colonial*. Manaus-AM: Livre Editora, 2021.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Logospirataria na Amazônia Legal*. 2016. 100f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SMITH, N. 1980 Anthrosols and Human carrying Capacity in Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, 70(4): 553-66.

TAUSSIG, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ZIMMERMANN, Roque. *América Latina – o não-ser: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976)*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.